

“PEDAGOGIA DA ENGENHARIA”: BRASÍLIA ARQUITETADA NOS JORNAIS (1956-1960)

“PEDAGOGY OF ENGINEERING”: BRASÍLIA ARCHITECTED IN NEWSPAPERS (1956-1960)

Michelle dos SANTOS*

RESUMO: O plano de trabalho “PEDAGOGIA DA ENGENHARIA”: BRASÍLIA ARQUITETADA NOS JORNAIS (1956-1960) tem por objetivos apresentar a nova capital como construção imaginária de múltiplos sentidos em parques gráficos, antes mesmo de sua inauguração em “concreto armado” no dia 21 de abril de 1960, e promover um debate que alargue as noções de arquitetura e engenharia, admitindo-as como expressões não apenas físicas, mas também narrativas, do poder e da simbologia de um povo, uma cidade ou regime político, considerando o estudo e análise de fontes jornalísticas produzidas à época da edificação de Brasília (1956-1960). Para tanto, utilizaremos os conceitos de cidade modernista e modernidade, de James Holston (1993) e Marshall Berman (2007), entre outros títulos acerca da historiografia da meta síntese de Juscelino Kubitschek. O procedimento metodológico está pautado na análise de bibliografias contemporâneas acerca da história da arquitetura e da engenharia, numa perspectiva diacrônica, que perpassa o Brasil e flana pelo mundo. Preliminarmente, concluiu-se que, em todo caso, dizer torna-se um fazer, e a “cidade letrada” é tão real quanto aquela erguida pelos candangos. A importância deste estudo para o campo literário é que inter-relaciona de modo teoricamente profícuo a pesquisa e o ensino, o jornalismo impresso e a história recente de nosso país.

Palavras-chave: Arquitetura. Engenharia. História. Brasília. Jornal.

ABSTRACT: The work plan "PEDAGOGY OF ENGINEERING": BRASÍLIA ARCHITECTED IN NEWSPAPERS (1956-1960) aims to present the new capital as an imaginary construction of multiple meanings in graphic parks – even before its inauguration in "concrete" on April 21, 1960 – and to promote a debate to extend the notions of architecture and engineering, admitting them as expressions not only physical, but also narrative, of power and symbolism of a people, a city or political regime, considering the study and analysis of journalistic sources produced at the time of the Brasília edification (1956-1960). To do so, we use the concepts of modernity and modernist city, from James Holston (1993) and Marshall Berman (2007), among other titles on the historiography of the Juscelino Kubitschek's synthesis. The methodological approach is grounded in analysis of contemporary bibliographies on the history of architecture and engineering, in a diachronic perspective that goes through Brazil and gets out in the world. Preliminarily, it was concluded that, in any case, “saying” becomes “doing”, and the "written city" is as real as the one upraised by the “candangos”. The importance of this study for the literary field is that it interrelates, in a theoretically prolific way, the research and the teaching, the print journalism and the recent history of our country.

Keywords: Architecture. Engineering. History. Brasília. Newspapers.

* Professora de História Moderna e Contemporânea da Universidade Estadual de Goiás, campus de Formosa. Líder do GPTEC: Grupo de Pesquisa em Imagens Técnicas. Mestre em História Cultural (UnB). E-mail: michelle.santos0803@gmail.com.

Motivação: despertando interesse ao tema e ao mundo ocidental¹

Este texto visa oferecer subsídios e ideias às ações que desenvolvemos em todos os níveis de ensino, a partir de um ‘recorte histórico’ específico, estimulando o permanente diálogo entre a pesquisa e a docência, entre os profissionais da área de História, do Ensino de História e de outros campos e atividades vivenciados pelos alunos em seu dia-a-dia, como a arquitetura e a engenharia. As redefinições de conteúdos históricos são um aspecto fundamental para uma aprendizagem mais dinâmica e dialógica. Trata-se também de um apelo à utilização de crônicas e artigos de jornais antigos como materiais didáticos, em meio à euforia provocada pela bibliografia sobre novas mídias e tecnologias na sala de aula. Pois, mesmo a utilização de mecanismos modernos, como os computadores, pressupõem seres humanos que escolhem informações, descartam outras, articulam interpretações. Assim, os parágrafos que se seguem a este devem ser lidos como sugestões que podem ser apropriadas/adaptadas pelos professores a partir das especificidades de suas turmas. Eles não constituem um “relato de experiência” convencional, mas um relato de pesquisa que se compôs, afinal, em um saber histórico a ser utilizado em atividades didáticas nos mais variados ambientes escolares.

À palavra a Ironita Machado:

O conhecimento precisa ser considerado um caminho pelo qual os homens poderão compreender, refletir e atuar em seu cotidiano. Para tornar as aulas de História um espaço de produção de conhecimento histórico, deve-se proporcionar aos alunos acesso à prática de pesquisa, motivando-os a buscarem informações em diversas fontes (documentos, textos, obras de arte e literárias, objetos de cotidiano, depoimentos orais e escritos, fotografias, caricaturas), superando a tradicional concepção de pesquisa (transcrição de informação contida em bibliografias – apropriação de um conhecimento já elaborado) (MACHADO, 1998, p. 21).

Nas concepções pedagógicas contemporâneas, a pesquisa não é apenas um elemento para melhor qualificar a formação e a prática docente, mas uma postura política de produção de saberes, transgressão, emancipação e transformação social. Na sala de aula, seja no espaço acadêmico do curso de licenciatura, seja na educação básica, a pesquisa é estratégica para a formação crítica dos sujeitos.

Atualmente, o professor, de mero executor de decisões advindas de outras instâncias, de técnico, transmissor de conhecimentos escolares veiculados pelo livro didático, passou a ter reconhecimento como produtor de um conhecimento que é fruto de múltiplas fontes de saber e de suas ações cotidianas. Os professores e futuros professores são motivados a observar, refletir, descrever, questionar, reorganizar, sistematizar e transgredir os múltiplos acontecimentos e relações que configuram o ambiente escolar.

Prefação e diacronia

Durante muito tempo, as técnicas da engenharia e da arquitetura eram rudimentares, aprendidas pela experiência e transmitidas pessoalmente. A mais antiga obra sobre edificações que chegou até nós data dos tempos romanos, mais especificamente, do primeiro século antes de Cristo: *De architectura*, escrita em grego e latim por Vitruvius. Muito pouco se sabe sobre sua vida, mas, segundo sua própria descrição, serviu no exército (possivelmente sob Júlio César) como chefe da artilharia e responsável pela construção e manutenção das máquinas de guerra.

Embora o título da obra refira-se à arquitetura, o campo coberto por Vitruvius é bem mais amplo e ele descreve com minúcias edifícios, estruturas como pontes e aquedutos e máquinas como guindastes, catapultas, moinhos de água, relógios (solares e movidos à água), além dos materiais e técnicas usados em suas construções. De fato, os romanos foram grandes inovadores na engenharia e na arquitetura, responsáveis pelo uso amplo do cimento e da estrutura em arco, por exemplo². Embora o uso do arco seja registrado no Oriente Próximo e no México, a maior parte das estruturas eram subterrâneas, para minimizar o problema do empuxo lateral. Acima do chão, a principal forma estrutural era o trilito (do grego, *tri*, ‘três’, *lithos*, ‘pedra’), como podemos ver no Partenon de Atenas (447-432 a.C.) ou no círculo de pedras de Stonehenge, na Inglaterra (ca. 2500 a.C.). Foram os romanos quem pela primeira vez usaram amplamente as estruturas em arco em pontes e aquedutos, ampliando-as para criar a abóbada. Os arcos, além disso, tinha grande importância simbólica para os romanos, que os usavam para marcar suas grandes vitórias militares, quando o vencedor desfilava com seu exército, prisioneiros e despojos de guerra sob arcos triunfais.

O *De architectura* de Vitruvius, dedicado ao imperador Augusto, advogava ainda que toda estrutura deve possuir três qualidades: *firmitas* (solidez), *utilitas* (utilidade), *venustas* (beleza). Para isso, os gregos inventaram as três ordens arquitetônicas – dórica, jônica e coríntia –, que davam a seus edifícios uma noção de proporção e nos permitia compreender a maior de todas as obras de arte: o corpo humano. Nessa época, a arquitetura era dominada pela ideia de *mimesis* (‘imitação’, ‘representação’) e o edifício atingia sua excelência ao lembrar-nos da natureza. Nesse sentido, talvez a maior realização da arquitetura romana tenha sido o Panteão (construído por Marcos Agripa e reformado por ordem do imperador Adriano entre os anos 118 e 128 de nossa era), com sua abóbada que remete ao caráter cósmico do firmamento. O espaço circular, no entanto, é centralizado em um eixo vertical definido pela grande abertura no alto da cúpula. Essa centralização reunifica a dimensão cósmica com a humanidade, o que será repetido pelos construtores do Renascimento.

Não à toa, a obra de Vitruvius, perdida por séculos, foi redescoberta na Itália quatrocentista e amplamente discutida por Leon Battista Alberti em sua obra *De re aedificatoria* (‘Sobre a arte da construção’, ca. 1450), o próximo grande tratado sobre a arte das edificações no Ocidente. Com base em Vitruvius, o ideal urbanístico do Renascimento foi concentrado na forma geométrica. Assim, as cidades eram sempre projetadas a partir de um círculo, um quadrado ou

outro polígono regular cortados por uma rede geométrica de ruas e caminhos que enfatizavam o ponto central ocupado pela praça (onde, normalmente, localizava-se a sede do poder político das cidades italianas). A arquitetura, por sua vez, tornava visível a ordem cósmica antropocêntrica pelos ornamentos e pelas leis de composição das fachadas (semelhantes às usadas pelos pintores para a composição de seus quadros).

Interessante observar como essa ordem antropocêntrica renascentista é diferente daquela usada pela idade média, embora haja, em ambos os casos, uma intenção de *mimesis* da natureza. A questão é que a natureza a ser imitada mudou entre a idade média e o renascimento. Enquanto este é racional e civil, a natureza medieval é mística e religiosa, o que é refletido na organização urbana e nas construções medievais. No gótico, Deus se apresenta como a única fonte de significado. A fé é o ponto de partida. A Igreja a fonte das verdades. A catedral gótica, estendendo-se ao céu com sua orientação vertical, é por onde Deus se aproxima do mundo dos homens. Do mesmo modo, a cidade gótica, fechada em suas muralhas, tornada íntima pela densidade e proximidade de suas casas aglomeradas, desperta em seus habitantes um sentimento de interioridade, semelhante ao que o interior das igrejas, escuro e iluminado apenas por vitrais coloridos, trazia. Também a cidade se subordinava à religião.

O barroco tentará recuperar esse sentido religioso, mas em um mundo bastante diferente. O desafio lançado pela reforma protestante e pela filosofia cartesiana desmontaram as certezas humanas e a arquitetura seiscentista nasce da necessidade de se recuperar sistemas absolutos e totalizantes que possam funcionar como referência e fonte de segurança para o homem barroco. As igrejas, praças e palácios barrocos funcionam como centros representativos desses sistemas, proclamando sua mensagem para o mundo. Mas a contra-reforma católica e o absolutismo que se encontram na origem do barroco são desarticulados como sistemas explicativos e o homem moderno rompe com a totalidade: o palácio barroco, por ser uma manifestação de uma sociedade hierárquica, não poderia sobreviver ao Iluminismo e às revoluções francesa e industrial. O ‘sistema’ moderno é o pluralismo baseado na individualidade da razão científica e esse individualismo acabaria por desligar a edificação de um substrato significante comum a toda a sociedade. Se antes havia um sistema de significados com o qual o arquiteto deveria dialogar, na modernidade cada arquiteto tenta criar seu próprio sistema. Daí a incompreensão com que muitas das obras da arquitetura contemporânea são encaradas pela sociedade.

Arquitetações e engenharias: a nova capital

A história do Brasil e do mundo é pontuada por projetos exitosos nos campos da agronomia, da arquitetura e da engenharia. Como componentes essenciais da grandeza de um povo, de uma cidade e de um regime político, ou das fortunas e poder de um governante, e ainda como símbolo do triunfo do homem sobre a natureza por meio do avanço científico-tecnológico,

a agricultura e as construções povoam nosso imaginário de triunfos hercúleos: do sedentarismo às biotecnologias e aos transgênicos; das pirâmides do Egito aos arranha-céus de Chicago; da célebre Torre construída pelo engenheiro Gustave Eiffel em Paris ao Museu Guggenheim-Bilbao, na Espanha, projetado pelo arquiteto Frank Owen Gehry; assim como bens da mídia e do imaginário de críticos, especialistas e turistas.

E, quando a engenharia e a arquitetura servem ao nacionalismo, tais projetos são consagrados de modo a tornarem-se a ponta de lança para definir ancestralidades, origens e identidades. A ideia de uma essência nacional, de um ‘país uno’, é constantemente (re)elaborada e interpretada em monumentos e edificações de toda sorte, de maneira que a comunhão, a comemoração e imprescindibilidade da nação são colocadas no centro das praças, à vista de todos.

Diversos pensadores – entre eles historiadores, sociólogos e antropólogos – com frequência se valeram da engenharia e da arquitetura para compreender os processos e a forma que tomaram a ocupação e a habitação no Brasil, desde os tempos coloniais. Em *Sobrados & Mucambos* (1936), por exemplo, que dá continuidade às reflexões iniciadas em *Casa Grande & Senzala* (1933), Gilberto Freyre discorre sobre a decadência do patriarcado rural entre os séculos XVIII e XIX, analisando como novos tipos de moradia surgiram após a abolição da escravidão. Na obra, vemos desfilar a influência da colonização ibérica e da presença africana bem como do clima e das práticas agrícolas nativas na engenharia e arquitetura nacionais. Essa preocupação ficou ainda mais definida em *Homens, engenharias e rumos sociais* (1987). Freyre discute os desafios das condições brasileiras e afirma que depende das engenharias – física, humana e social – tanto o desenvolvimento global do homem, quanto o dos grupos humanos em sociedades. Isso é mostrado por meio da história nacional:

Lembre-se que a própria divisão, no século XVI, do Brasil em capitânias foi engenharia: engenharia social. Que a construção dos primeiros fortes, para a defesa militar da colônia, foi engenharia física. Que obra de engenharia humana foi a adaptação de formas europeias de corpo humano a redes ameríndias de dormir, admitidas dimensões antropológicas diferentes de um tipo de homem para outro (FREYRE, 1987, p. 10).

Saltando para os anos 1950, a época da construção de Brasília, vemos que pensadores contemporâneos brasileiros como Márcio de Oliveira e Brasilmar Ferreira Nunes, ou estrangeiros, a exemplo dos norte-americanos James Holston e Marshall Berman, elegeram a engenharia e a arquitetura como fonte para se pensar a sociedade brasileira. Mas, enquanto senzalas, engenhos, ou mesmo os palacetes imperiais desapareceram ou perderam sua importância habitual, ainda vivemos sob o signo de Brasília, capital federal, definida como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO em 1987, “um marco na história do planejamento urbano” com seus edifícios “inovadores e imaginativos”.³ A cidade comemorou em 21 de abril de 2010 meio século de existência e, em meio à euforia que a ocasião suscitou,

alguns *observadores participantes* fizeram questão de lembrar as agruras e os percalços pelos quais passaram Juscelino e seus apoiadores durante o governo e nos anos subsequentes, certamente no intuito de valorizar ainda mais o feito mudancista. De fato, essa ‘unidade comemorativa’, soerguida *a posteriori*, não deve mesmo apagar, silenciar ou esquecer o passado de luta em torno da criação de Brasília.

De toda sorte, podemos dizer que a construção de uma nova capital para o Brasil exigiu mais que um triunfo técnico e material, mas, sobretudo, um triunfo político. Artifícios de convencimento apurados. Uma vez que obras de tal envergadura e importância cobram altos investimentos em ‘engenharias simbólicas’, ou seja, na edificação de argumentos que visavam persuadir as pessoas do imperativo, dos usos e do valor da invenção de Brasília e da transferência da capital ou, do contrário, convencê-las de que tal empreendimento constituía um equívoco, um engodo. Nos anos JK, lançou-se, então, em jornais impressos, uma verdadeira guerra de ‘papéis e tintas’ em torno da decisão. Entre 1956 e 1960 Brasília também foi vivamente erguida em máquinas de escrever, em escritórios, em redações, por fim, em parques gráficos. Em todo o caso, ‘dizer’ torna-se um ‘fazer’, e a cidade letrada foi tão real quanto aquela fundada pelos operários e empreiteiros. Brasília foi içada em ‘concreto armado’, mas também sob a forma da infelicidade, da injustiça, da doença (“Infelicidade”, 23/01/1960; “Advogados: justiça em Brasília será injusta”, 23/01/1960; “Brasília provoca doença imaginária”, 24/11/1960).

Para Kubitschek e os governistas, no entanto, ela foi o símbolo da promessa de construção de um novo país. Um novo Brasil e um novo homem nacional se erguiam ao mesmo tempo em que Brasília era construída. Por tudo isso, o sonho da cidade moderna cresceu a partir do desejo de *construir o Brasil*, e foi deste modo que para Márcio de Oliveira se deu um uso mítico da nova capital inserida numa mitologia desenvolvimentista.

Por sua vez, James Holston, ao redigir seu livro *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*, originalmente publicado em 1989, nos diz que seus *visionários*, que sonharam com a mudança da capital desde a metade do século XVIII, “deixaram a Brasília o legado de uma mitologia do Novo Mundo em que a construção de uma capital no Planalto Central seria o meio de desencadear o florescimento de uma grande civilização num paraíso de abundância”. Brasília seria, então, filha de uma utopia modernista, expressa no axioma segundo o qual o espaço urbano teria a propriedade de moldar os destinos da sociedade, regenerando fulminantemente a vida de todo o país. O livro citado traz uma discussão sobre as premissas e paradoxos do plano de construção da cidade, pela qual se pode ler que a viagem rumo à nova capital, “através do Planalto Central, é uma jornada de separação”; ela “faz o viajante

confrontar-se com a separação entre a Brasília modernista e o Brasil de todos os dias; (...) entre o subdesenvolvimento e o incoerentemente moderno”. Pois, “a necessidade de usar o que existia para realizar o que havia sido imaginado aboliu a diferença entre os dois, que era a premissa do projeto” (HOLSTON, 1993, p. 11, 23, 289; OLIVEIRA, 2005, p. 19-20).

Fazendo *jus* às teses de James Holston, Oscar Niemeyer declarou à revista *Módulo*, em entrevista, que teve trechos publicados no *Jornal do Brasil*, em 12 de julho de 1958, sua crença de que

Sem uma justa distribuição da riqueza – capaz de atingir a todos os setores da população – o objetivo básico da arquitetura, ou seja, o seu lastro social, estaria sacrificado, e a nossa atuação de arquitetos relegada apenas a atender os caprichos das classes abastadas.

Com relação aos trabalhos de Brasília, que espero sejam as minhas obras definitivas, encontrei três problemas diferentes a resolver: o do prédio isolado, livre a toda imaginação, conquanto exigindo características próprias; o do edifício monumental, onde o pormenor plástico cede o lugar à grande composição; e, finalmente, a solução de conjunto, que reclama, antes de tudo, unidade e harmonia. No Palácio da Alvorada, meu objetivo foi encontrar um partido que se não limitasse a caracterizar uma grande residência, mas um verdadeiro palácio, com o espírito de monumentalidade e nobreza que deve marcá-lo (“Oscar Niemeyer, em primeira autocrítica, fala de erros e de ‘novas providências’”, 12/06/1958).

Já na crítica de Marshall Berman, em 1988, Brasília foi identificada como o Palácio de Cristal, imaginado por Dostoiévski: ambos não deixaram aos seus cidadãos *nada mais a fazer*. “Para homens modernos”, diz ele, “pode ser uma aventura criativa construir um palácio, e no entanto ter de morar nele pode virar um pesadelo” (BERMAN, 2007, p. 12-15).

Nesse sentido é que o jornalista José Álvaro expressou, anos antes, em março de 1960, sua opinião negativa sobre a nova capital que nascia no interior,

Mesmo quando estiver, em futuro não muito próximo, funcionado realmente como cidade. Brasília é certinha demais. Todo mundo morando em prédio igual, em lugares previamente designados, todo mundo trabalhando em escritórios igualzinhos. Tudo muito exato, como se os habitantes nada mais fossem do que peças minúsculas e obedientes de um gigantesco, mirabolante e inédito brinquedo.

A esta altura, ninguém mais duvida de que Brasília, vai ser mesmo a capital do Brasil. Que seja, mas daqui não saio, que bom mesmo, é o Rio (ÁLVARO, 14/03/1960).

Se o tema é o assombro e o sobressalto que a cidade inventada provocou, em seus contornos de incompreensão ou de mistério, damos a palavra a Clarice Lispector, na crônica “Nos primeiros começos de Brasília”, de 1962:

Brasília é construída da linha do horizonte. Brasília é artificial. Tão artificial como deveria ter sido o mundo quando foi criado. Quando o mundo foi criado, foi preciso criar um homem especialmente para aquele mundo. Nós somos todos deformados pela adaptação à liberdade de Deus. Não sabemos como seríamos se tivéssemos sido criados em primeiro lugar e depois o mundo deformado às nossas necessidades. Brasília ainda não tem o homem de Brasília. Se eu dissesse que Brasília é bonita veriam imediatamente que gostei da cidade. Mas se digo que Brasília é a imagem de minha insônia vêem nisso uma acusação. Mas a minha insônia não é bonita nem feia, minha

insônia sou eu, é vivida, é o meu espanto. É o ponto e vírgula. Os dois arquitetos não pensaram em construir beleza, seria fácil: eles ergueram o espanto inexplicado. A criação não é uma compreensão, é um novo mistério (LISPECTOR, 1999, p. 40-41).

JK se empenhou em explicar essa artificialidade, característica comumente atribuída à cidade que fez erguer nos rincões goianos,

No mundo existem algumas cidades artificiais, isto é, não nascidas por imposições sociopolíticas, mas, erigidas, por uma iniciativa de reis e de governantes. A construção de todas elas arrastou-se através dos anos, e algumas, apesar do tempo passado, ainda não estão de todo concluídas. Por outro lado, nenhuma delas, possui uma história própria – uma história de heroísmo, audácia, determinação e espírito de pioneirismo épico, que representou sua (de Brasília) construção, exibe uma insígnia que lhe empresta importância ímpar, quando posta em comparação com suas congêneres. A nova capital, descontada sua grandiosidade arquitetônica, permitiu que dois terços do nosso território – que eram desalentadores “espaços vazios” – fossem conquistados (KUBITSCHKE, 1975, p. 11).

A nova capital até podia ser antinatural como outras tantas cidades mundo a fora, mas, ainda assim, acreditava o presidente, era *diferente* de todas elas. Foi concebida a partir da instituição de um lastro histórico, embora fosse a capital do futuro. Uma ‘vontade nacional’ e uma ‘tradição mudancista’, de Pombal a Juscelino, foram inventadas e propaladas pelo governo com o fim de angariar apoio popular.

Enquanto a maior parte dos artigos pró-Brasília insistia em reunir e reverberar argumentos tais como o sentido histórico da obra, o bandeirantismo, a colonização triunfante sobre a natureza e a selvageria, importa considerar que a campanha contrária reagia, veementemente, apegando-se a contra-argumentos como custos exorbitantes, inflação, impossibilidade técnica, sem abrir mão, claro, de denunciar o personalismo e a corrupção.

Um dos maiores inconvenientes da mudança da capital estava – segundo o periódico *O Povo*, de Fortaleza, em edição de 1957 – no fato de que

(...) esses terrenos estão situados numa região de solo pobre, sem as condições ecológicas necessárias para a exploração das atividades agropecuárias. Exigem, portanto, trabalhos contínuos de adubação, sempre dispendiosos, principalmente a longa distância, para que possam produzir alimentos destinados à população de Brasília, a qual tenderá a crescer ininterruptamente, depois de construída a cidade, à proporção que se forem instalando todos os órgãos e serviços do governo federal.

É de estranhar que semelhante circunstância escapasse da comissão de técnicos incumbidos de estudar a localização da nova capital. Dir-se-ia que as suas pesquisas e observações giraram apenas em torno das coordenadas geográficas da área estudada, a fim de verificar se correspondia ao objetivo visado de ser o centro diretor do território nacional. Brasília poderá ficar, efetivamente, no ponto mais indicado, sob esse aspecto, do Planalto Central, mas nem por isso reúne os requisitos indispensáveis, geológica e climaticamente, para ser uma zona propícia às culturas de subsistência (“ERRO inicial”, 19/02/1957).

No que se refere ao empecilho das condições climáticas, a *Tribuna da Imprensa*, em 23 de janeiro de 1960, relatou as impressões do ministro Cândido Lôbo, ao regressar de Brasília,

no dia anterior à publicação da reportagem. Tais juízos fazem alarme do sofrimento da vida no *sertão árido* que é Brasília,

onde esteve como membro da comissão do Tribunal Superior Eleitoral que foi verificar as condições de habitação na nossa capital, disse que será preciso muito espírito de resignação e de renúncia para suportar a monotonia da atual cidade.

Ficou impressionado também, com os gastos que terão de ser feitos com cortinas para proteger os funcionários do sol escaldante de Brasília.

“A jardinagem pública é obra que tem de ser iniciada rápido. Não existe nenhuma árvore e o sol é causticante, sol de sertão que impõe arborização farta. Há necessidade de árvores em todas as ruas para quebrar a aridez de Brasília e amparar o transeunte do sol abrasador”, frisou, concluindo (“BRASÍLIA: sol deixa Lobo suado”, 23/01/1960).

No dia 24 de maio de 1957, em um artigo que expõe Brasília como uma “fantasia perniciosa”, Eugênio Gudín debochava no *Correio da Manhã*

Haverá alguém que acredite, por acaso, que aos males de que sofre o nosso país, resultantes da anarquia política, da incapacidade econômica e de outras graves deficiências responsáveis pelo nosso atraso, desaparecerão com o fato de se mudar a sede do governo de um para outro ponto do país? (“EUGÊNIO Gudín reafirma: Brasília – Fantasia Perniciosa”, 24/05/1957).

Indubitavelmente, ressaltar a coerência dos discursos e tramas antimudancistas não é um exercício fácil, dado ao fato simples e inexorável de que Brasília foi realmente construída e inaugurada em tempo recorde, e fixou-se como sede dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contrariando violentas expectativas e campanhas de retorno, que se insinuaram logo depois da inauguração. Nesse sentido, é o sociólogo Norbert Elias (Cf. ELIAS, 1994, vol. 1) quem nos chama a atenção para o fato de que tendemos a naturalizar o que é historicamente criado: os anos juscelinistas como *anos dourados* e a *capitalidade de Brasília* – quer dizer, seu reconhecimento como Capital Federal, como símbolo do poder e das decisões políticas; o Regime Militar foi essencial para a consolidação da capital onde estava, no Centro-Oeste, por uma série de motivos, desde fazer valer o volume de dinheiro ali empregado, passando pela defesa nacional e pelas vantagens de se governar longe do clima político ‘contaminado’ do Rio de Janeiro.

Corroboramos com Lopes quando nos induz a refletir que,

O aprendizado das ciências exige necessariamente o estranhamento, a percepção do inusitado, da não familiaridade. De uma maneira geral, quando os alunos utilizam metáforas, o fazem com o intuito de reforçar suas concepções cotidianas e espontâneas que, invariavelmente precisam ser desconstruídas pelos professores (LOPES, 1999, p. 211-212).

Valendo-nos dos *quatro segmentos* que a oposição compreendia, citados por Brasilmar Ferreira Nunes, no momento em que evocou em suas formulações o realce que James Holston deu as dúvidas e ao estigma de insensatez que recaíram sobre o

projeto de construção da nova capital, podemos divisar ainda que os antimudancistas expunham:

um ceticismo quanto à capacidade de se construir uma cidade no “meio do nada”; dúvidas sobre a exeqüibilidade de sua construção em um único mandato presidencial; a inviabilidade econômica do projeto e, finalmente, um ceticismo popular que via no Planalto Central um lugar irreal, habitado por índios – o que significava dizer, uma população que dificilmente poderia ser considerada “brasileira” (NUNES, 2004, p. 67).

Sobre o último desses tópicos, julgamos bastante significativa a reportagem veiculada pelo diário *Tribuna da Imprensa*, em 16 de março de 1960. O interessante é que o jornal não colocou em dúvida o relato da vítima a que dá voz, não hesitou em relação à veracidade da história sustentada por sua ‘fonte’ e, em nota abaixo da foto de um homem ferido e com o braço enfaixado (“a vítima”), afirmou terminantemente: “Índios de Brasília mostraram boa pontaria”,

“Nunca mais volto a Brasília” – disse ontem, a TRIBUNA DA IMPRENSA, o lavrador Sílvio Gomes de Almeida, que há menos de uma semana, atacado por índios bugres num subúrbio da nova capital, foi atingido por flechas na orelha, no braço e na nuca.

Sílvio, que tem 33 anos, estava em Brasília contratado pela firma Alcatrone. Quarta-feira passada, embrenhando-se na zona suburbana com mais de 38 companheiros, viu-se a mercê dos bugres, perto do rio Araguaia.

Procurando socorro na cidade que dentro de 36 dias será a nova capital do país, verificou que ali não há enfermaria capacitada a cuidar de ferimentos de certa gravidade. Sílvio foi então transportado para o Rio, em avião da FAB e medicado ontem, no Sousa Aguiar (“FLECHADO: Índios de Brasília já expulsaram um”, 16/03/1960).

Assim, certamente, a *Tribuna da Imprensa* contribuiu para aumentar a ansiedade, o alarme e o receio da ‘nova ordem’ que estava em marcha. Percebemos, enfim, que os “anos dourados”, celebrizados em nosso país pela minissérie homônima de Gilberto Braga nos anos 1980, bem como pela mais recente microssérie *JK*, criada por Maria Adelaide Amaral e Alcides Nogueira⁴, foram anos lúgubres, sombrios, fúnebres, cinzentos, amargos, para muitos brasileiros que viveram aquele momento histórico. A construção de Brasília, aliás, todo o Programa de Metas (no qual ela constava como meta-síntese), era essencial para alavancar o grande desígnio de fazer o Brasil avançar “50 anos em 5”. É claro que essa campanha suscitou esperanças e otimismo. Mas também descrédito, desdém, pessimismo, melancolia. Tudo isso pôde ser lido simplesmente como *pressa, afobação inauguracionista, ilusionismo governista; irresponsabilidade e megalomania*.

O que restou, no entanto, foi a lembrança dos “bons tempos”. O jornalista Joaquim Ferreira dos Santos, em *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*, nos lembra

que “o Rio de Janeiro ficou o ano inteiro sem água nas torneiras... mas o que acaba predominando é mesmo a imagem de que ‘com brasileiro não há quem possa’, trecho da marchinha que comemorou a vitória da Seleção brasileira na Suécia em 1958” (OLIVEIRA, 2002, p. 39-40).

Do mesmo modo, as agruras da construção e a inflação decorrente dos gastos ficaram no passado. Brasília e JK obtiveram um lugar na imaginação brasileira como exemplos de dinamismo e arrojo, como histórias de sucesso e exemplos para o futuro. Nos dizeres do jornalista português Metzner Leone, “eu reafirmo: Brasília foi o maior e melhor investimento feito pelo governo deste país em todas as épocas. ... a venda de duas superquadras, nos preços atuais, talvez seja igual ao que Brasília custou aos cofres da nação” (apud HELIODORO, 2005, p. 234). Transformando seu arquiteto político em um verdadeiro ‘herói fundador’, Brasília é o melhor exemplo da importância simbólica da engenharia brasileira. Arquitetadas políticas, engenharias simbólicas.

Breve ponto final

Para Kelson Adriani Farias:

Cabe ao professor a tentativa de desenvolver nos alunos o entendimento crítico da dinâmica, história, tornando-os sujeitos atentos à reflexão dos acontecimentos históricos, oportunizar aos mesmos a desmistificação da história dita oficial; aplicar a pedagogia da descoberta, de forma a elucidar e debater as várias problemáticas referentes à história. Enfim, descobrir a história e o sujeito que somos, praticando a nossa cidadania, consciente de que estamos agindo historicamente (FARIAS, 1999, p. 363).

Conforme o enunciado acima, releituras e revisões historiográficas são bem-vindas para um ensino dinâmico, pautado em problematizações novas e sintonizado com as questões atuais.

Vemos que representações de Juscelino Kubitschek de Oliveira como um grande presidente e que evocam a criação de Brasília como epopeia persistiram e se tornaram dominantes na memória e no imaginário coletivos do país. Certamente, um de seus pontos altos foi a recente exibição (2006) da minissérie *JK* pela Rede Globo de Televisão, maior emissora aberta do país.

Os anos 1950, em particular a sua segunda metade, foram e ainda são construídos – vide o caso de obras recentes de jornalistas como *A saga de um herói brasileiro*, de Francisco Viana, *JK: como nasce uma estrela*, de Carlos Heitor Cony e o premiado, *JK: o artista do impossível*, de Cláudio Bojunga – por essa figura heróica e celebrada do ex-presidente, enfatizando e ilustrando sua capacidade excepcional de realização no governo, seja na política e na economia, seja na sociedade e na cultura. Alegre, simples, cativante e conciliador seria ele dono de sorriso e discurso hipnóticos.

Cláudio Bojunga, abre seu livro, fruto de pelo menos 10 anos de trabalho, da seguinte maneira,

Minha adolescência coincidiu com os anos JK. Foram anos democráticos, confiantes, criativos. Quando jovem imaginava que tudo aquilo fosse normal e corriqueiro. Aos poucos percebi o caráter especial daquela época de esperança e oportunidades, espremida entre o Estado Novo e o sombrio período militar, que sufocou a vida política e cultural do Brasil, dos meus 24 aos 45 anos.

(...) na segunda metade dos anos 50, os brasileiros se tornaram subitamente joviais, confiantes e imaginativos, inspirados por um presidente alegre e cosmopolita que definiu para o Brasil o destino de nação industrializada, prestigiou artistas e escritores e fundou uma nova capital para realizar um sonho de recomeço. Os anos dourados foram aqueles em que os brasileiros deram às costas a derrota e viveram o sonho intenso de serem viáveis, modernos, inéditos – até mesmo invejáveis. Foi um momento mágico de crescimento econômico, democracia política e florescimento cultural. Foi também o momento em que o Brasil estabeleceu uma conexão madura com o resto do mundo, atualização perfeitamente compatível com a nossa identidade mais profunda.

JK nos contagiou. Com seu ânimo, sua tenacidade e alegria. Como observou Nelson Rodrigues, “Juscelino trouxe a gargalhada para a presidência” – enquanto os outros presidentes tinham sempre “a rigidez de quem houve o Hino Nacional, cada um se comportando como se fosse a estátua de si mesmo” (BOJUNGA, 2001, p. 15-16).

Essa imagem dos anos de ouro do século passado, dos *cinco gloriosos anos juscelinistas* impressiona pela recorrência. Ela nos precede, vem antes de nós mesmos. Aprendê-la, faz parte da educação social dos brasileiros. Sabemos dela tanto quanto sabemos (e alguém se lembra onde aprendeu?...) que “tudo é propriedade de alguém”.

Tal representação faz parte do patrimônio de nossa sociedade, que é passado ao longo do tempo e atravessa gerações. Assim, JK desapareceu, mas não a lembrança de seus feitos e suas obras, notadamente Brasília. Mas, ressaltamos, somente uma parte desse patrimônio é usada cotidianamente, “o resto está, de certa maneira, jogado no imenso compartimento ‘fora-de-uso’” (BITTENCOURT, 1962, p. 60, 62)⁵.

Em “Carta do editor”, que abre o exemplar de setembro de 2005 da *Revista Nossa História*, Cristiane Costa apresenta o tema do dossiê oferecido na capa da publicação, “Os anos JK”:

Num momento em que nuvens negras cobrem Brasília e o país anda tão desiludido com seus políticos, é hora de lembrar tempos mais ensolarados. Entre 1956 e 1961, o Brasil caminhava a passos largos em direção a um futuro promissor. Metas eram planejadas e cumpridas à risca, movimentos culturais floresciam, a modernidade se materializava numa nova capital que era a jóia da arquitetura mundial. À frente do governo, estava a habilidade de um político mineiro que sobreviveu ao Estado Novo mas sucumbiu à ditadura militar: Juscelino Kubitschek (COSTA, 2005, p. 3, grifos nossos)⁶.

É claro que os anos 50 são, *em parte*, como percebemos ao percorrer os Capítulos, responsáveis por essa imaginação nostálgica, pois a fonte do patrimônio (ou do repositório

cultural) o qual nos referimos acima, “está nas vivências originais da sociedade que a produz” (BITTENCOURT, 1962, p. 62). Todavia, a partir da *Carta* de Cristiane Costa, podemos pensar que a criação de um passado dourado, nomeadamente a de um “jardim imaginado dos tempos ensolarados”, talvez esteja na origem de certa concepção do presente. Ele põe a prova, em contraste com esse passado, seu sentido de identidade. Nossa experiência do momento em que vivemos e o julgamento tantas vezes negativo, que fazemos de nosso lugar da história são continuamente postos contra o pano de fundo do que podemos chamar de “mito dos 50 anos em 5”, querendo dizer com isso que todo esse saudosismo contribuiu para a formação de uma imagem rica e dominante, de uma estrutura simbólica que pressiona, com a insistência da mitologia ativa, a condição presente de nosso sentimento. “Não é o passado literal que nos governa, a não ser possivelmente, em um sentido biológico. São as imagens do passado. Estas são, com freqüência, tão altamente estruturadas e seletivas quanto os mitos” (STEINER, 1991, p. 13-16).

O momento em que vivemos, de “nuvens negras” que cobrem Brasília, é fruto, sobremaneira, de um decreto intelectual e emocional. Nossa atual *desilusão política* deriva da comparação sua força, sua própria obviedade. Se é verdade que toda sociedade requer antecedentes, é igualmente verdadeiro que ela os elege.

Concordamos com George Steiner, a produção e o estabelecimento da imagem de *anos felizes e sorridentes* liga-se ao fato de que

A maior parte da história parece trazer em si um vestígio de paraíso. Em alguma época de tempos mais ou menos remotos, as coisas eram melhores (...). O mito da Queda tem mais força que qualquer religião específica. (...) Nossa imagem de uma coerência perdida, de um centro que se mantinha, tem autoridade maior, que a verdade histórica. Os fatos podem refutá-la, mas não removê-la. Ela condiz com alguma profunda necessidade psicológica e moral. Dá-nos equilíbrio, um contrapeso dialético, com que situamos nossa própria condição (STEINER, 1991, p. 14-15, 19).

Devemos lembrar que, à época, no calor da hora e na euforia dos acontecimentos não era lógico apoiar a construção de Brasília, talvez o contrário, desacreditar o projeto, fosse até o mais plausível. A título de ilustração, se retomarmos a agenda política do período, nos deparamos, não raro, com um pavor bastante disseminado em relação ao comunismo, uma vez que vivíamos a paranoia da Guerra Fria,

Salve ele, dizemo-lo nos. Provavelmente mandará erguer bem no centro geográfico de Brasília, um monumento que em granito e bronze será “imortalizada” sua elegante figura presidencial, esboçando o tradicional sorriso-presidencial... De quem passou pelo mundo em brancas nuvens. Tranqüilizem-se, porém, os nossos leitores. Tanta incoerência não se consumará. Não há tempo material para tanto, mesmo que houvesse, os brasileiros não permitiriam que fosse consumada a “imortal obra” sem que antes fossem sanadas certas outras “mortais obras” que atualmente esmagam dezenas de milhões de patrícios: a fome, o desemprego, o analfabetismo, o desamparo a infância e a velhice, as moléstias, o caos político, o marasmo administrativo e todo o cortejo de iniquidades que, no vagaroso andar do

atual presidente, acabará por **abrir as portas do Brasil ao mal que de uma vez por todas o aniquilará, inexoravelmente: comunismo. E então, que terá adiantado mudar a Capital Federal para Brasília? E ainda em três anos e meio?** (JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente, 26/02/1957, grifos nossos).

Finalmente, o ciclo de construção de cidades-capitais se manteve até muito recentemente, como se pode notar pela construção de Palmas, capital do novo Estado do Tocantins, inaugurada em 1990. Ela pode ser considerada ainda – como Goiânia, Belo Horizonte e, claro, Brasília – parte do arquétipo da interiorização do Brasil, da civilização e da modernização de seus sertões, decorrentes da conquista do Oeste. Parece-nos que, em consonância, Zigmunt Bauman, torna digno de crédito que

a modernidade é o que é – uma obsessiva marcha adiante – não porque sempre queira mais, mas porque nunca consegue o bastante; não porque se torne mais ambiciosa e aventureira, mas porque suas aventuras são mais amargas e suas ambições frustradas. A marcha deve seguir adiante porque qualquer ponto de chegada não passa de uma estação temporária (BAUMAN, 1999, p. 18).

Novos sujeitos e novos atos surgem o tempo todo. Que outras cortinas sejam descerradas...

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BITTENCOURT, José Neves. Espelho da ‘nossa história’: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro. In: **Revista Tempo Brasileiro** (Memória e História), v. 1, nº 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962.

BOJUNGA, Cláudio. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

COSTA, Cristiane. Carta do editor. In: **Revista Nossa História**, Os anos JK. Rio de Janeiro: nº 23, setembro de 2005, Ano 2.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. vol. 1.

FARIAS, Kelson Adriani. O Professor de História e o Drama de Ensinar. In: **XX Simpósio Nacional de História**, História e Fronteiras. Florianópolis: ANPUH, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Homens, engenharias e rumos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

HELIODORO, Afonso. **JK, exemplo e desafio**. Brasília: Thesaurus, 2005.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

LISPECTOR, Clarice. **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. **Conhecimento escolar**: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

MACHADO, Ironita. O Ensino de História sob uma nova perspectiva. In: DIEHL, Astor (org). **O Livro Didático e o Currículo de História em Transição**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília**: a fantasia corporificada. Brasília: Paralelo 15, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tempos JK: a construção do futuro e a preservação do passado. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). **Anos JK**: margens da modernidade. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Rio de Janeiro, Casa de Lúcio Costa, 2002.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília**: o mito da trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005.

98

STEINER, George. **No Castelo do Barba Azul**: algumas notas para a redefinição da cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Corpus documental:

Matérias não assinadas:

ADVOGADOS: justiça em Brasília será injusta, **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

BRASÍLIA provoca doença imaginária, **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 24 nov. 1960.

BRASÍLIA: sol deixa Lobo suado, **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 23/01/1960.
ERRO inicial, **O Povo**, Fortaleza/Ceará, 19 fev. 1957.

EUGÊNIO Gudín reafirma: Brasília – Fantasia Perniciosa, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 mai. 1957.

FLECHADO: Índios de Brasília já expulsaram um, **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 16 mar. 1960.

INFELICIDADE, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

OSCAR NIEMEYER, em primeira autocrítica, fala de erros e de ‘novas providências’, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jun. 1958.

JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente, **A Hora**, São Paulo, 26 fev. 1957.

Matérias assinadas:

ÁLVARO, José. Brasília vai ser capital, mas bom mesmo é o Rio, **Tribuna da Imprensa**, 14 mar. 1960. Giro em Sociedade.

Internet:

Os termos são do sítio da UNESCO, <http://whc.unesco.org/en/list/445>, acesso em: 10/01/2008.

“Cristiane Costa”, <http://www.bmsr.com.br/autores/detalhe.asp?cod=Cristiane%20COSTA>, acesso em: 14/08/2008.

Notas:

¹ Este trabalho é resultado de pesquisas realizadas entre 2006 e 2012, que envolveram Projetos financiados pelo CNPq e pela FAP/DF, intitulados: *Trabalho: configurações históricas, relações e representações sociais* e *História das práticas do trabalho em Brasília. A construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)* foi o tema de minha dissertação de mestrado, defendida em 2008, no Programa de Pós-Graduação em História, da UnB – Área de Concentração: História Cultural. Ela gerou debates e repercutiu vivamente em veículos de informação destacados, como o *Correio Braziliense*, o *Jornal Nacional* e a *TV Câmara*.

² Escavações recentes em Vergina, no norte da Grécia, parecem indicar que os macedônios já conheciam e utilizavam o cimento cerca de três séculos antes dos romanos.

³ Os termos são do sítio da UNESCO, <http://whc.unesco.org/en/list/445>, acesso em: 10/01/2008.

⁴ *Anos dourados* foi exibida pela primeira vez em 1986, com Roberto Talma na direção. Já *JK* foi levada ao ar em 2006, também pela Rede Globo de Televisão, com a direção de Dennis Carvalho. Ambas alcançaram imenso sucesso de público.

⁵ **JK morreu** em 22 de agosto de **1976**, vítima de um acidente de carro na Via Dutra.

⁶ Cristiane Costa é carioca. Nasceu em 1964, formou-se em Comunicação na Puc-Rio, trabalhou na editora Rocco, na revista *Veja*, na TV Globo e no *Jornal do Brasil* (JB). Passou por várias editorias do JB e editou seu suplemento literário (*Caderno Idéias*) por cinco anos. Em 2001, recebeu bolsa da Fundação Vitae para pesquisa sobre as relações entre jornalismo e literatura, aprofundada em tese de doutorado apresentada na UFRJ e transformada em livro em 2005. Foi editora da *Revista Nossa História* e do *Portal Literal*, especializado em literatura. “Cristiane Costa”, <http://www.bmsr.com.br/autores/detalhe.asp?cod=Cristiane%20COSTA>, acesso em: 14/08/2008.

[Recebido: 30 out. 2013 / Aceito: 29 abr. 2014]